



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL

RELATÓRIO E CONTAS DA AAC/OAF

Senhores Associados,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos à vossa apreciação o Relatório e Contas relativo ao exercício da época desportiva 2023/2024, findo em 30 de Junho de 2024.

1 – INTRODUÇÃO

A AAC/OAF manteve a linha estratégica implementada em termos organizacionais, que tinha como pilares base a contenção de gastos, com vista à redução do Passivo e à rentabilização máxima dos Proveitos.

Analisada a época desportiva 2023/2024, e levando em consideração a situação difícil que a sua participada AAC/OAF SDUQ, Lda. vive, tendo sido implementado um plano de recuperação resultante da insolvência, tal facto teve um impacto direto nas contas agora apresentadas.

Não obstante, e de acordo com os princípios instituídos, no sentido de obter o maior rigor e exatidão na apresentação das Contas do exercício em análise, foram os mesmos respeitados no presente Relatório.

2 – EVOLUÇÃO DAS CONTAS NO PERÍODO EM ANÁLISE - 1.JULHO.2023 a 30.JUNHO.2024

Em termos globais, verifica-se que o **Ativo Líquido**, com um valor total de 2,5M€ no final do período, regista uma variação positiva de cerca de 4% em relação à época anterior, resultante das seguintes situações:

No que aos **Ativos Tangíveis** da Instituição diz respeito, regista um decréscimo de cerca de 11%, resultante da política de depreciações adotada.

A rubrica **Clientes** em Ativo Corrente regista um decréscimo de cerca de 28% em relação à época transata, contribuindo para isso a contabilização de imparidades dos valores incobráveis.

Analisando a rubrica **Outros Créditos a Receber**, verifica-se um acréscimo de cerca de 143%, comparativamente à época anterior, para o qual contribuiu essencialmente o valor das transações efetuadas com a AAC/OAF SDUQ, Lda., que regista um valor em dívida à data, no montante de 705.307,34€.

Quanto ao **Passivo Geral**, que no período se cifrou em cerca de 4,24 M€, apresentou um acréscimo de cerca de 7% em relação ao período anterior, resultante essencialmente das rubricas de Fornecedores, Outras Dívidas a pagar e Diferimentos.

A rubrica "**Outras Dívidas a Pagar**" engloba entre outros o registo dos acréscimos contabilísticos efetuados no procedimento de encerramento de contas.

Da diferença entre o ativo e o passivo resulta um **Capital Próprio** negativo de 1.7 M€, apresentando uma diminuição de cerca de -442M€, em comparação com o Capital Próprio apresentado no exercício anterior.

3 – RENDIMENTOS E GASTOS

Na Estrutura de Rendimentos e Gastos iremos analisar as rubricas com maior impacto nas contas apresentadas, como segue:

A rubrica **Gastos com o Pessoal** regista o montante de 43.032,69€, incorpora todos os gastos efetivos com o Pessoal, apresentando uma diminuição de 59 m€ (58%) em relação ao período anterior, e está diretamente ligado ao final do vínculo de trabalhadores, encontrando-se nesta data no quadro apenas 1 funcionário.

Os diversos **Fornecimentos e Serviços Externos** representam cerca de 42% dos rendimentos obtidos, tendo aumentado cerca de 53% em comparação com o exercício anterior.

Quanto aos **Gastos de Financiamentos** estes representam cerca de 8% dos rendimentos obtidos, essencialmente decorrentes de juros relacionados com os financiamentos contraídos durante o período em análise.

A rubrica **Outros Rendimentos** regista o montante de 1.153.323,03€ (77% dos rendimentos) e tem origem, essencialmente, nos proveitos obtidos no arrendamento de espaços que a entidade detém, nas receitas de publicidade e donativos obtidos.

4 – RESULTADOS

Do exposto salienta-se o **Resultado Líquido do Período**, após impostos, de 550.627,69€.

Não foram aqui contabilizadas situações pendentes, que opõem a AAC/OAF a terceiros, a favor da AAC/OAF ou em que a AAC/OAF é demandada.

Todas estas situações que não foram contabilizadas encontram-se devidamente quantificadas e divulgadas no Anexo às contas.

5 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Desde já manifestamos plena disponibilidade para apresentar e debater com os nossos associados todas as rubricas do presente Relatório e Contas do exercício findo em 30 de junho de 2024, baseado no rigor e na total transparência de procedimentos, cujo saldo final se traduziu num resultado líquido positivo de **550.627,69€** propondo que seja mantido na conta de Resultados Transitados.

6 – EVOLUÇÃO PREVISIVEL

Como é perfeitamente entendível, nestas circunstâncias é manifestamente complexo para a atual Direção fazer uma análise com maior incidência no detalhe, devido ao seu desconhecimento do ano em questão. Relembramos que estamos a encerrar um processo de contas relativo a um período que teve o seu fim no dia 30 de junho de 2024, tendo a atual direção iniciado as suas funções a 12 de junho de 2025. Por conseguinte, pese embora tenhamos realizado um trabalho bastante aprofundado – uma vez que o processo de encerramento se encontrava bastante atrasado – há manifestamente detalhes que nos escapam por mero desconhecimento de alguns factos. No entanto, não temos nenhuma razão objetiva, para pôr em causa o rigor possível do exercício em questão. Certamente por razões perfeitamente plausíveis, não foi possível apresentar à consideração dos associados este documento no seu tempo devido. No entanto, foi de entendimento geral e consensual, por parte de todos os atuais órgãos sociais, que seria nossa obrigação fazer um levantamento o mais exaustivo possível para impedir que houvesse um vazio temporal de prestação de contas.

7 – NOTA FINAL

Cumpre-nos agradecer a todos os membros dos órgãos sociais, sem exceção, o empenho em prol do clube. Agradecemos de uma forma mais particular, a toda a equipa que aceitou este desafio, quer recuperando informação quer deixando claro e evidente a situação encontrada à época.

Coimbra, 19 de Fevereiro de 2026

A Direção,

João Pedro Mendes dos Reis
David
Galvão
Galvão
Galvão



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

Carla
999

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO de 2024

(Euro)

</

Coimbra, 20 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

[Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]

A Direcção

[Signature]
[Signature]

[Signature]
[Signature]



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercício 2023/2024	
		2023/2024	2022/2023 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	23	338 985,26	332 825,64
Subsídios à exploração		757,50	1 594,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	-28 761,78	-47 742,22
Fornecimentos e serviços externos	18	-624 861,88	-408 862,18
Gastos com pessoal	19	-43 032,69	-102 668,73
Imparidades dívidas a receber(perdas/reversões)	13	0,00	-140 978,09
Imparidades Investimentos não depreciables(perdas/reversões)	12	0,00	-1 791 505,72
Outros rendimentos	23	1 153 323,04	1 856 413,73
Outros gastos		-6 357,57	-22 886,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		790 051,88	-323 809,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-135 424,79	-134 015,26
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		654 627,09	-457 825,00
Juros e gastos similares suportados	20	-55 692,07	-115 760,78
Resultado antes de impostos		598 935,02	-573 585,78
Imposto sobre rendimento do período	17	-48 307,33	-10 200,00
Resultado liquido do período		550 627,69	-583 785,78

Coimbra, 20 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A Direção



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Período Findo em 30-06-2024

(Euro)

RUBRICAS	Notas	2023-2024	2022-2023
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		1 172 440,29	1 540 511,33
Pagamentos a Fornecedores		-178 633,81	-116 019,79
Pagamentos ao Pessoal		-45 663,89	-149 596,97
Caixa gerada pelas operações		948 142,59	1 274 894,57
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos		-365 042,15	-513 745,72
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		583 100,44	761 148,85
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		-6 039,53	-13 550,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Outros Ativos		-704 048,10	-764 308,97
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-710 087,63	-777 858,97
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	770 778,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-99 468,68	-505 419,84
Juros e gastos similares		-38 325,00	-56 657,20
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-137 793,68	208 700,96
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-264 780,87	191 990,84
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		385 480,61	193 489,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período		120 699,74	385 480,61

Coimbra, 20 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

Cédula Profissional nº 49438(OCC)

A Direcção



Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período N em 30 de Junho de 2024

(Euro)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Resultados transferidos	Excedentes revalorização	Ajustamentos v. capital próprio	Resultado líquido período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	(3 470 467,69)	1 483 749,49	394 879,32	(583 785,78)	(2 175 624,66)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-71 760,15		(36 314,30)		-108 074,45
	7	-71 760,15	0,00	-36 314,30	0,00	-108 074,45
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO	8				550 627,69	550 627,69
RESULTADO INTEGRAL	9+7+8				550 627,69	442 553,24
OP. DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO						
outras Operações		(583 785,78)			583 785,78	0,00
	10	-583 785,78	0,00	0,00	583 785,78	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10	-4 128 013,62	1 483 749,49	358 565,02	550 627,69	-1 733 071,42

Coimbra, 20 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

Cédula Profissional nº 49438 (OCC)

A Direção

Galvães Paul Galvães J. Paul
Presidente
12-06-2026
F. Galvães

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período N-1 em 30 de Junho de 2024

DESCRÇÃO		NOTAS	[Euro]				
			Resultados imputados	Excedentes revalorização	Ajustamentos/O. V. capital próprio	Resultado líquido período	Total
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1		1 386 491,86	1 483 749,49	431 193,62	-4 717 245,03	-1 403 810,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-451 714,52		(36 314,30)		-188 028,82
2			-451 714,52	0,00	(36 314,30)	0,00	-188 028,82
3	RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO					-583 785,78	-583 785,78
4= 2+3	RESULTADO INTEGRAL					(583 785,78)	-771 814,60
OP. DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO							
	Outras Operações		(4 717 245,03)			4 717 245,03	0,00
5			-4 717 245,03	0,00	0,00	4 717 245,03	0,00
1+2+3+5	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N		-3 470 467,69	1 483 749,49	394 879,32	-583 785,78	-2 175 624,66

Coimbra, 20 de Março de 2026

O Contabilista Certificado
Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A Direção

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and notes: "Gedraes", "Ricard 6/2", "Jorge", "B"]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2024

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, teve a sua constituição em 3 de Novembro de 1887, data da criação da Associação Académica de Coimbra, é uma pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública, dura por tempo indeterminado e tem a sua sede na Rua Infanta D. Maria, nº 23, em Coimbra.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial Contabilístico:

As demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, de acordo com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Dec. Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho.

2.2 – Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição, para efeitos de registo, do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Julho de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

4.1 – MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

4.2 – ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que se encontram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta e de acordo com o seu período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis:

Anos de vida útil			
Terrenos			
Edifícios	10	a	20
Equipamento básico	8	a	14
Equipamento de transporte	4	a	7
Equipamento administrativo	3	a	16
Outros ativos fixos tangíveis	8	a	20

4.3 – ACTIVOS INTANGIVEIS:

Os ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade, com vida finita, amortizados em três anos e apresentados no Balanço pelo seu valor líquido.

4.4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu custo amortizado. Sempre que há lugar a imparidade destas contas, as mesmas são estabelecidas quando se verifica evidência objetiva da impossibilidade de recebimento da totalidade dos montantes em dívida, sendo a mesma reconhecida na demonstração de resultados.

4.5 – EMPRESTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que os custos líquidos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando a taxa efetiva. Estes empréstimos estão classificados como passivo não corrente e corrente, consoante a exigibilidade de liquidação for ou não superior a 12 meses.

4.6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas coletivas (IRC) à taxa de 20% e são tributados autonomamente os encargos previstos no art. 88^a. do Código do IRC, às taxas também aí regulamentadas. Estas taxas aplicam-se aos rendimentos que não beneficiam da isenção.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco para a Segurança Social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que os prazos podem ser alargados ou suspensos.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

4.7 - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador de que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a existência e dimensão da perda por imparidade. Quando não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor das unidades geradoras de caixa a que esse ativo pertence.

4.8 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor não seja conhecido são estimados.

4.9 - RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

4.10 – INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui todos os encargos associados. As saídas são calculadas de acordo com o FIFO e as imparidades tem por base artigos depreciados e não vendáveis, já que, na sua maioria, os artigos adquiridos têm inscrições alusivas à época a que respeitam, sendo de difícil venda após a conclusão da mesma.

4.11 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.12 - JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Existe uma probabilidade significativa de efetuar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte, decorrente do plano de insolvência aprovado em assembleia de credores, cujo transição em julgado se encontra pendente de decisão sobre recurso apresentado por um credor.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As entradas e saídas de meios monetários, as suas origens e destinos, ocorridas durante o período de relato, estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa não havendo qualquer limitação ao seu uso nem interferência com entidades relacionadas que alterassem o seu controlo ou a sua disponibilidade.

O caixa e seus equivalentes, incluem caixa e depósitos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos.

O valor inscrito no Balanço é constituído por dinheiro e depósitos bancários e é imediatamente realizável e sem risco de flutuações de valor, conforme se demonstra:

	2022-2023	2023-2024
Caixa	2847	3687
Depósitos à ordem	382634	117013
Total Balanço	385481	120700
Descobertos bancários	-1279	-806

6 – ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2024, foram registados valores na conta resultados transitados por respeitarem a épocas anteriores, os quais decorrem de documentos não considerados na especialização efetuada em exercícios anteriores, assim como imparidades não reconhecidas, conforme mapa a seguir discriminado:

DF 2022/2023	Valor aprovado	Ajustamentos	Valor Final
Balanco:			
Resultados Transitados	-3 486 260,44	15 792,75	-3 470 467,69
Resultado Líquido do Exercício	-562 864,57	-20 921,21	-583 785,78
Outros Créditos a Receber	493 908,66	-5 128,46	488 780,20
Demonstração de Resultados:			
FSE	-376 151,18	-32 711,00	-408 862,18
Outros Gastos	-22 831,17	-55,00	-22 886,17
Juros e Gastos Similares Suportados	-114 017,57	-1 743,21	-115 760,78
Vendas e Prestações de Serviços	331 055,29	1 770,35	331 055,29
Outros Rendimentos Época 2019/2020	1 844 596,08	11 817,65	1 856 413,73

7 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis podem ser analisados pelos mapas que se seguem:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Equip. básico	Equip. transp.	Equip. adm.	Outros AFT	AFT em Curso	TOTAL
Valor bruto no início	261 171	6 036 334	384 136	78 091	321 300	374 104	0	7 455 136
Total de aumentos								0
Total de diminuições								0
Depreciações do período		128 015	2 784		250	1 750		132 799
Depreciações acumuladas		5 253 921	375 417	78 091	321 300	365 928	0	6 394 656
Saldo no início do período	261 171	782 413	8 719	0	0	8 176	0	1 060 479
Total de aumentos					6 039		21 107	27 146
Total de diminuições								0
Depreciações do período		127 453	2 065		558	4 132		134 208
Outras transferências							0	0
Saldo no fim do período	261 171	654 960	6 654	0	5 481	4 044	21 107	953 417

As revalorizações efectuadas podem ser analisadas através do mapa que se segue:

Descrição	Custo Histórico	Revalorização	Valor Contabilizado
Terrenos	39,904	221,267	261,171
Totais	39,904	221,267	261,171

Para garantia das situações descritas nas notas 24.4 e 24.5 foi voluntariamente constituída a penhora do prédio sito na Rua Infanta D. Maria, correspondente ao pavilhão gimnodesportivo, designado "Pavilhão Jorge Anjinho", inscrito na matriz urbana da freguesia de Santo António dos Olivais, sob o nº 7288, situação que advém do ano 2001.

À data do encerramento de contas encontram-se constituídas hipotecas voluntárias para todos os processos em curso e de financiamentos obtidos, da AAC/OAF e SDUQ, no montante total de 4.702.329,93€.

8 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição da plataforma da loja on-line e ao desenvolvimento do site da AAC/OAF, cujos movimentos podem ser analisados pelo mapa que se segue:

Descrição	Programas computador
Valor bruto no início	5 150
Total de aumentos	0
Total de diminuições	0
Depreciações do período	1 217
Depreciações acumuladas	3 933
Saldo no início do período	1 217
Total de aumentos	0
Total de diminuições	0
Depreciações do período	1 217
Outras transferências	0
Saldo no fim do período	0

9 – INVENTARIOS

O movimento nesta rubrica pode ser analisado pelo quadro que se segue:

Designação	Valores a 30-06-2023	Valores a 30-06-2024
Existências iniciais		
Mercadorias	50 651	40 397
Matérias Primas	0	0
Compras		
Mercadorias	37 488	53 000
Matérias Primas	0	0
Existência finais		
Mercadorias	40 397	38 499
Matérias Primas	0	0
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	47 742	54 898
Imparidades em Existências	-26 867	-26 867
Existências no balanço	13 529	11 631

10 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**METODO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL**

Empresas	Sede	% Detida	V. Aquisição
Académica de Coimbra – Futebol SDUQ Unipessoal, Lda	Coimbra	100,00%	500,000

Variações ocorridas no exercício

Saldo Inicial	0.00
Aumento de Capital	0,00
Redução de Capital	0,00
Ajustamentos do MEP	0,00
Saldo Final	0.00

11 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os Outros Investimentos Financeiros englobam as participações financeiras mensuradas pelo seu custo conforme a seguir se demonstra:

Entidades	2022-2023	2023-2024
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	500	500
Totais	500	500

A AAC/OAF detém uma participação na PROCAC, S.A., no montante de 131.799,04€, sobre a qual foi constituída uma imparidade de igual montante, fato pelo qual não é aqui apresentada.

Igual situação se verifica na participação na entidade SAPP, Lda, no montante de 3.000,00€, sobre a qual incide uma imparidade de igual montante, pelo que, sendo o seu valor atual igual a zero, também não é aqui apresentada.

12 – PARTES RELACIONADAS

Os saldos e movimentos entre as partes relacionadas podem ser analisados pelo quadro que se segue:

Rubricas	PROCAC	SDUQ
Outros Devedores e Credores	-308,991	0
Transações entre as partes		
Prestações de Serviços	2022-2023	2023-2024
SDUQ	60	60
Financiamentos	6 548 318	645 307
Imparidades	-6 548 318	0

Nesta rubrica, importa salientar, que face à insolvência da SDUQ e de acordo com o plano de recuperação homologado desta, o montante financiado pela OAF na época 2023/2024, importou em 645.307,34€. O valor de 60.000,00€ refere-se à utilização das instalações na presente época, conforme acordo celebrado entre as partes.

13 – CLIENTES

Clientes	2022-2023	2023-2024
Clientes c/c	321 811	230 720
Clientes c/ títulos a pagar	0	0
Clientes cobrança duvidosa	1 402 656	1 555 628
Imparidades de clientes	-1 402 656	-1 555 628
Totais	321 811	230 720

14 – OUTROS CREDITOS A RECEBER

Outros Créditos a Receber	2022-2023	2023-2024
Acréscimo de Proveitos	139 439	124 568
Outros devedores	226 525	908 938
Saldos devedores fornecedores	107 844	118 737
Adiantamentos ao pessoal	14 973	37 859
	488 780	1 190 102

15 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos podem ser analisados pelo mapa que se segue, estão integralmente valorizados em euros e vencem juros a taxas de mercado.

Corrente	2022-2023	2023-2024
Empréstimos bancários	283 448	460 753
Descobertos bancários	1 279	806
Outros Financiamentos	392 380	366 792
Totais	677 108	828 351
Não corrente	2022-2023	2023-2024
Empréstimos bancários	331 098	78 213

16 – OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Outras dividas a pagar	2022-2023	2023-2024
Fornec. Investimentos	15 713	33 617
Acréscimos de gastos	608 922	808 356
Outros credores	859 871	810 718
Totais	1 484 505	1 652 691

17 – ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Estado e Outros Entes Públicos	2022-2023	2023-2024
Ativo		
IVA a recuperar	2 392	0
Passivo Corrente		
IRC a liquidar	110 255	158 562
IRS - Trabalho dependente/independente	14 950	76 131
IVA	2 098	2 039
Segurança Social	57 880	21 474
	185 182	258 206
Passivo Não Corrente		
AT	0	150 850
Segurança Social	0	48 701
	0	199 552

18 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubricas	2022-2023	2023-2024
Trabalhos especializados	104 676	132 348
Vigilância e segurança	342	14
Honorários	20 036	79 739
Comissões	7 380	5 233
Conservação e reparação	9 168	95 266
Ferramentas e utensílios	256	120
Material de escritório	2 706	1 226
Artigos para oferta	2 689	5 221
Electricidade	101 364	122 355
Combustíveis	19 701	13 221
Água	73 631	71 755
Deslocações e estadas	10 243	52 585
Rendas e alugueres	6 606	2 200
Comunicação	9 020	4 109
Seguros	15 849	11 363
Contencioso e notariado	383	60
Limpeza, higiene e conforto	5 248	1 276
Outros	19 564	26 773
Totais	408 862	624 862

19 – GASTOS COM O PESSOAL

Gastos com Pessoal	2022-2023	2023-2024
Salários	73 181	29 366
Contribuições	15 722	6 062
Outros	13 765	7 605
Totais	102 669	43 033

O número médio de empregados ao serviço da Associação, no exercício, foi de:

Pessoal ao serviço	1
---------------------------	----------

20 – GASTOS FINANCEIROS LIQUIDOS

Gastos Financeiros	2022-2023	2023-2024
Juros e gastos similares suportados	58 400	38 325
Juros de mora e compensatórios	57 359	17 367
Juros obtidos	0	0
Totais	115 761	55 692

21 – DIFERIMENTOS PASSIVOS

Diferimentos	2022-2023	2023-2024
Quotas	53 296	65 901
Rendas Diferidas	283 015	145 957
Outros	17 329	14 528
Totais	353 640	226 386

22 – CONTINGÊNCIAS

A AAC/OAF tem responsabilidades por garantias prestadas pelos bancos e montantes que a seguir se mencionam, bem como os seus beneficiários, conforme:

Beneficiários	Banco emissor	Valor
Camara Municipal de Coimbra	MG	5,200
Total das garantias		5,200

23 – REDITO

	2022-2023	2023-2024
Vendas	78 439	62 773
Prestações de serviços:	254 388	276 212
Quotas	196 862	221 043
Prestações de serviços	618	316
Outras Prestações de serviços	56 908	54 853
Outros Rendimentos e Ganhos	1 856 414	1 153 323
Publicidade	23 215	40 353
Alugueres/Cessões Exploração	1 280 530	992 844
Donativos	96 698	81 437
Outros	455 971	38 689

24 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

24.1 – A AAC/OAF detém um activo que não se encontra reflectido no balanço, no caso, a exploração do Estádio Cidade de Coimbra, cuja cedência foi efectuada a título gratuito pela CMC, a qual, na impossibilidade de valorização por falta de elementos comparativos de mercado, não permite a sua contabilização.

24.2 – Os Dirigentes prestaram à Liga Portuguesa de Futebol as garantias previstas no artº. 40º do Decreto Lei 67/97.

24.3 – A responsabilidade dos Directores foi caucionada nos termos do artº. 45º dos Estatutos.

24.4 – Existe ainda uma responsabilidade subsidiária que pode vir a ter que ser assumida pela AAC/OAF decorrente de um processo fiscal em curso contra a PROCAC, S.A., o qual, não obstante se encontrar em fase de reclamação, pode, em caso de indeferimento e após esgotados todos os recursos legais ao seu alcance, gerar uma responsabilidade de pagamento no montante de 241.236,98, acrescida dos respectivos juros.

Para garantia de processos de execução fiscal da AT e SS da responsabilidade da AAC-OAF, SDUQ, Lda., foram constituídas hipotecas voluntárias sobre o pavilhão no montante total de 2.236.741,91€.

24.5 – Para garantia do financiamento obtido de Eduardo Ferreira Lopes, foi constituída uma hipoteca voluntária sobre o pavilhão no montante máximo de 918.000,00€.

24.6 – Perante a situação financeira difícil que a entidade atravessa decidiu a Direção apresentar um pedido de insolvência, cujo plano foi aprovado em Dezembro de 2023, mas, cuja sentença ainda não transitou em julgado face à apresentação de embargos por um credor à declaração de insolvência encontrando-se o processo a aguardar julgamento.

24.7 – À data de 30 de Junho de 2024 encontravam-se em mora dividas às Finanças e Segurança Social no montante de 44.278,36€, sendo que à data de elaboração deste relatório, todos os valores se encontram regularizados.

25 – DISPOSIÇÕES LEGAIS – Artºs, 65, 66-A e 67 DO CSC

25.1 – Os honorários facturados pelo ROC referem-se exclusivamente a honorários de revisão de contas, sendo que para a época 2022-2023 importaram em 4.000 € e para a presente época importaram igualmente em 4.000€.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

A direção apresenta no seu relatório de gestão a proposta de que o resultado líquido positivo de 550.627.69€ seja mantido na conta de Resultados Transitados.

28- Autorização de emissão das DF's:

As contas foram aprovadas pela direção no dia 20 de Março de 2026.

Coimbra, 20 de Março de 2026

Contabilista Certificado

Membro nº. 49438 (OCC)

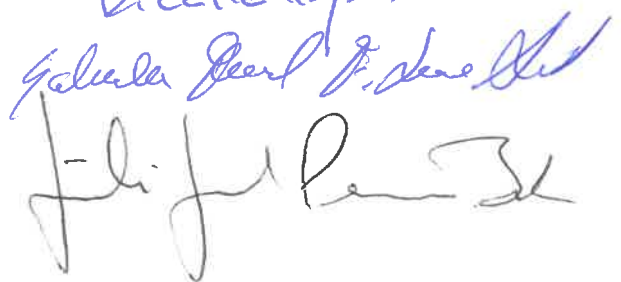
António Amaral



A Direção



Ricardo B. P. Almeida





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol**, (a Entidade), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2024 (que evidencia um total de 2.513.970 euros e um total de capital próprio negativo de 1.733.071 euros, incluindo um resultado líquido de 550.628 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 3 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol**, em 30 de junho de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Por não terem sido obtidos os respetivos documentos de suporte, não se encontram refletidos na contabilidade movimentos em contas a regularizar a débito de 197,2 milhares de euros e a crédito de 64,4 milhares de euros, desconhecem-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras.
2. Por nem todos os rendimentos de publicidade se encontrarem suportados por contrato escrito, não nos foi possível fazer a correspondência entre os rendimentos escriturados e os valores que eventualmente constam ou deveriam constar dos mesmos.
3. As nossas conclusões de auditoria decorrentes dos procedimentos de confirmações externas apresentaram-se limitadas pelo facto de não terem sido



obtidas diversas respostas. Os procedimentos alternativos efetuados não se mostraram integralmente conclusivos. Decorre do referido a impossibilidade de nos pronunciarmos sobre os ajustamentos que se poderiam mostrar necessários em saldos no montante de 99,8 milhares de euros, 38,2 milhares de euros, 258,4 milhares de euros e 91,2 milhares de euros incluídos nas rubricas clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar, respetivamente.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Sem afetar a opinião expressa na secção “Opinião com reservas” acima, chamamos a atenção para o ponto 1 do Relatório de Gestão e nota 24.6 do Anexo às demonstrações financeiras onde a Gerência refere a debilidade da situação líquida apresentada pelas demonstrações financeiras e a apresentação da entidade à insolvência, cujo plano de recuperação foi aprovado em dezembro/2023, não tendo ainda a sentença transitado em julgado.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas



conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 16 de junho de 2026



Leal & Associado
SROC, Lda

representada por

Sousa Leal
ROC 616

**Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas de 2023/2024 da
Associação Académica de Coimbra, Organismo Autónomo de Futebol**

Nos termos da lei e dos estatutos, vimos, enquanto membros do Conselho Fiscal (CF) da Associação Académica de Coimbra, Organismo Autónomo de Futebol, ("entidade"), submeter à consideração dos Associados o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, de Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa e o Anexo relativos ao exercício findo em 30 de junho de 2024.

No âmbito das nossas funções:

1. Acompanhámos a atividade desenvolvida pela entidade desde que tomámos posse no dia 12 de junho de 2025, tendo feito diversas reuniões do órgão e participado em reuniões da Direção, com o Revisor Oficial de Contas e com o Contabilista Certificado da entidade, nas quais se discutiram diversos aspetos de natureza económica e financeira, em particular as regularizações contabilísticas relativas a exercícios anteriores.

2. Analisámos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2024, cuja aprovação pela Direção ocorreu em 20 de março de 2026, tendo procedido às confirmações consideradas adequadas e possíveis. Salienta-se a reexpressão dos comparativos das demonstrações financeiras, na sequência dos ajustamentos a reclassificações contabilísticos relativos a exercícios anteriores. Considerando a redação das reservas constantes na certificação legal das contas, datada de 16 de junho de 2026, cremos que as limitações do âmbito do trabalho de auditoria aí referidas poderão vir a originar regularizações contabilísticas adicionais em exercícios posteriores.

3. Tomámos conhecimento de que se encontram valores em mora à Segurança Social e à Autoridade Tributária, tal como divulgado na nota 24.7 do Anexo.

4. Analisámos o Relatório de Gestão elaborado pela Direção, que explica as razões pelo atraso na prestação de contas.

Sabemos que a prestação de contas relativa a exercícios em que a Direção não esteve em funções envolveu sérias dificuldades na obtenção e tratamento tempestivo da informação. Mas salientamos que a organização administrativa da entidade é fundamental para o cumprimento dos prazos de apresentação dos Relatórios e Contas à Assembleia Geral.

Entendemos que o Relatório e Contas de 2023/2024, com as reservas mencionadas na certificação legal das contas, e com a inclusão de uma incerteza material relacionada com a continuidade, representa razoavelmente a situação económica e financeira da entidade à data de 30 de junho de 2024, pelo que reúne as condições para ser aprovado.

Coimbra, 18 de junho de 2026



Daniel Taborda
(presidente)



Ana Rosa Pais
(vogal)



Miguel Gouveia
(vogal)